



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

Psicologia inclusiva: a importância do atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas

Eixo temático: Sujeitos, subjetividades e Educação Inclusiva

Autores: Ludmilla da Silva Macêdo (Graduanda de Psicologia pela Universidade Salvador - UNIFACS. Bolsista de pesquisa pela FAPESB. Membro do Grupo de pesquisa em Formação Docente, Gênero e Linguagem - FORMAGEL),²⁴⁴ Cláudia Regina Vaz Torres (Orientadora, Psicóloga, Mestre e Doutora em Educação)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de inclusão de indivíduos com deficiências, em especial deficiência auditiva, no atendimento psicoterapêutico nas clínicas de psicologia. A pesquisa desenvolvida por meio de projeto de Iniciação Científica pretende analisar os meios e as estratégias utilizadas por psicólogos nesses atendimentos, levantando, a partir de observações e entrevistas, novos mecanismos para melhor estimular a qualificação e a capacitação de estudantes e profissionais. O desenvolvimento do estudo ocorreu a partir de inquietações que surgiram a respeito da importância do atendimento psicoterapêutico aos indivíduos com deficiência, especialmente aqueles com surdez. A pesquisa que tem sido desenvolvida segue as orientações de pesquisa qualitativa de natureza exploratória, levantando dados sobre o atendimento psicológico de pessoas com deficiência auditiva nas clínicas públicas e particulares que oferecem serviços de psicologia em Salvador (BA). A base teórica do estudo centra-se na psicologia sócio-cultural, nos estudos sobre surdez e na legislação brasileira sobre deficiência. Os estudos evidenciam que a psicologia inclusiva é de suma importância para a funcionalidade do acolhimento e acompanhamento de pessoas com a deficiência auditiva. Os dados iniciais apontam que as unidades de atendimento a pessoas surdas não contam com profissionais de psicologia para realizarem psicoterapia. O estudo destaca a relevância da produção científica sobre a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como ferramenta para melhorar a comunicação de ouvintes com pessoas com deficiência auditiva.

Palavras-chave: psicoterapia; surdez; inclusão.

INTRODUÇÃO

A psicologia inclusiva constitui-se um conjunto de ações de natureza política, cultural, social e terapêutica, fundamentada nos direitos humanos, que visibiliza as diferenças e igualdade de direitos de todas as pessoas com deficiência, promovendo o acesso e a permanência nos diferentes espaços sociais, sem discriminações. Tem, ainda, como finalidade inserir indivíduos com

²⁴⁴ Email: milla_psicoluz@hotmail.com



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

deficiências, sejam motoras, sensitivas ou auditivas, no atendimento psicoterapêutico. Entende-se que, além de facilitar esse atendimento, a psicologia deve ter como base norteadora as leis que regulamentam a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiências. Assim, também tem como objetivo promover de forma igualitária a inserção desse público em clínicas psicológicas. Tendo em vista que os indivíduos com surdez necessitam que os profissionais tenham consciência e sensibilidade para conseguirem adentrar ao “mundo” desse indivíduo, o auxiliando, ou seja, um profissional bem capacitado, deve motivá-lo a se perceber como é, não levando apenas em consideração as limitações advindas da sua deficiência. Como resultante, esses indivíduos procuram um espaço nas clínicas de psicologia, ou melhor, nos settings terapêuticos para se reencontrarem, se reafirmarem como sujeitos ativos, e assim enfrentarem de forma efetiva a sociedade que ainda não se encontra preparada para lidar com indivíduos com deficiências auditivas.

As dificuldades encontradas para inclusão de estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas envolvem desde acessibilidade atitudinal, comunicacional, pedagógica e arquitetônica até programas de atendimento especializado, estes assegurados pela Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, especialmente na perspectiva da educação especial (BRASIL, 2008).

Em vista disso, para melhor atender a este público estabeleceu-se a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2016), eleita como a Lei Brasileira de Inclusão à Pessoa com Deficiência, que, em seu primeiro artigo, diz que é deliberada a proporcionar e a amparar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Salientando que no seu terceiro artigo, encontram-se algumas considerações de aplicação para os fins desta lei, inserindo o uso da acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva ou ajuda técnica, comunicação, adaptações razoáveis, residências inclusivas, profissional de apoio escolar e muitas outras considerações para o cumprimento efetivo da lei de inclusão de pessoas com deficiências. O que confirma um grande avanço no processo de inclusão social.

Atualmente, com os avanços tecnológicos e todas as mudanças ocorridas na sociedade, tem-se mobilizado de forma mais visível a preocupação em incluir teoricamente indivíduos com deficiências nos mais variados locais e meios, mas ainda muitos indivíduos sofrem algum tipo de preconceito. Do ponto de vista histórico, na antiguidade as crianças que nasciam com algum tipo



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

de deficiência física aparente eram mortas, e os deficientes auditivos, cegos e mudos como percebiam tardiamente a deficiência, estes então eram excluídos e isolados em um grupo de “imperfeitos”, os mesmos eram excluídos muitas vezes dentre suas próprias famílias como não capazes (BIANCHETTI, 1998).

Com o passar do tempo e dos sacrifícios que indivíduos com deficiências eram submetidos, modulou-se um pensamento novo sobre o sujeito surdo, os quais eram julgados como “defeituosos” e precisavam de “conserto”, o que ocasionou a ideia de que o indivíduo com deficiência auditiva deveria ser enquadrado no modelo ouvinte, sendo expostos a técnicas de treinamento ouvinte (ler e escrever) e surge a terapia da fala. Ser deficiente se definia como ser alguém que nunca iria alcançar êxito profissional, intelectual ou pessoal em variados contextos sociais, como conseguir um bom emprego, ser independente, ter relacionamentos, estudar, viver, entre outros, por isso é importante caracterizar como o psicólogo e os demais profissionais podem estar interagindo e intervindo com os surdos e os outros deficientes (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Desse modo, mesmo com as iniciativas de políticas públicas, como a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), chamada também de Lei de Acessibilidade que impõe normas gerais e critérios básicos para proporcionar acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, contra as barreiras e os obstáculos encontrados nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei de Libras, a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) que dispõe em seu primeiro artigo o reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação, viabilizando a inclusão social, proporcionando exercício da cidadania. Compreende-se que a regulamentação da lei de Libras trouxe para a história um grande marco na luta por direitos a cidadania aos surdos brasileiros de forma positiva, mesmo assim, alguns indivíduos com deficiência auditiva ainda sofrem discriminação e, muitas vezes, exclusão por conta da sua deficiência.

Por conseguinte, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e as Associações de Surdos presentes nos Estados do Brasil reivindicam e promovem na sociedade o ingresso dos surdos à educação e o direito de exercerem sua cidadania como sujeitos sociais. Destaca-se o acesso de pessoas surdas nos ambientes de saúde, mas nota-se a dificuldade que os mesmos sofrem para serem compreendidos pelos profissionais nos atendimentos, uma vez que a



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

dificuldade em discernir a forma como lidar e atender esse público se firma na inabilidade de desconhecimento de como se comunicarem com eles, ou ainda, pelos profissionais estarem inconscientemente habituados com a mania da sociedade em procurar sempre uma normatização para os deficientes surdos.

Para Skliar (2005), a intenção da normalização é transformar o surdo em uma pessoa ouvinte, pois o surdo é considerado deficiente e diferente pela sociedade. Com isso, nos revela que para alcançar um padrão de normalização a sociedade passou anos tentando reparar, uniformizar, reconstituir, monitorar, segregar e rejeitar, manifestando que a surdez não é demarcada pela falta da audição, mas pela alteração linguística e pela identificação no mundo, “[...] a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos” (SKLIAR, 2005, p. 7).

Diante da problemática do acesso de indivíduos com deficiências auditivas ao atendimento psicoterapêutico, propomos, por meio deste trabalho, analisar o processo de inclusão de indivíduos com deficiências, em especial deficiência auditiva, no atendimento psicoterapêutico em clínicas de psicologia.

Com relação ao percurso metodológico, a pesquisa em desenvolvimento utiliza a abordagem qualitativa de natureza exploratória para identificar os meios e as estratégias utilizadas pelos profissionais de psicologia para atender pessoas com deficiência, para esclarecer sobre a acessibilidade arquitetônica, atitudinal e comunicacional no atendimento psicoterapêutico a pessoas com deficiências auditivas. Esta abordagem foi conceituada como a mais adequada para conhecer melhor as dificuldades de adequação e aceitação dos profissionais a atenderem aos settings terapêuticos indivíduos com deficiência, possibilitando o levantamento de hipóteses. Para Neves (1996), a abordagem qualitativa é o recurso mais utilizado para as ciências sociais e objetiva descrever e compreender o fenômeno estudado a partir do contexto em que ele se apresenta. Como afirma Gil (1999), a pesquisa exploratória visa a desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, permitindo a identificação de possíveis problemas e hipóteses.

Dessa forma, o processo da pesquisa tem ocorrido em fases, no qual inicialmente foi realizada uma pesquisa de campo, dentro da própria Universidade, para analisar dentro dos materiais disponíveis na Clínica Escola, registros de atendimento psicoterapêuticos para com



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

indivíduos deficientes, sendo uma deficiência motora, sensitiva e/ou auditiva. Os relatos dos profissionais da unidade nas entrevistas realizadas indicaram que nunca houve atendimento a pessoas com deficiência na unidade. Os instrumentos de pesquisa selecionados foram questionários e entrevistas semiestruturadas com os profissionais que atuam na clínica escola, e em outras unidades públicas e privadas que realizam o atendimento com pessoas surdas para a coleta de dados. A análise dos dados será feita com base em indicadores/categorias que emergiram da própria pesquisa.

Como recurso metodológico, realizaremos uma roda de conversa organizada para ocorrer no primeiro trimestre de 2017, em que levantaremos os pontos-chave encontrados no decorrer dessa primeira fase da pesquisa, apontando as dificuldades encontradas. Espera-se levar à reflexão de quão importante é para alunos e futuros profissionais de saúde “o despertamento” para um olhar mais intenso e humanístico a esse público, com o intuito de tentar compreender e orientar esses indivíduos com suas alterações psíquicas em meio às suas deficiências e necessidades, sendo essas, de locomoção, compreensão e/ou comunicação verbal e não verbal em relação aos surdos e, conseqüentemente, seus comportamentos e suas cognições perante a sociedade e ao meio em que estão inseridos, pois para os sujeitos que não nasceram com deficiências necessitam de um processo de reinventar-se e aceitar-se com essa nova constituição de si mesmo. O estudo pretende, ainda, analisar e formular estratégias que estimulem profissionais e futuros profissionais a se qualificarem para mediar e facilitar a readaptação de indivíduos que nasceram ou não com a deficiência auditiva, através das análises do material obtido na Clínica escola da Universidade e nas instituições que oferecem este tipo de atendimento no município de Salvador, Estado da Bahia.

Portanto, este estudo está dividido em três seções distintas. Na primeira seção, há a introdução ao tema proposto. Na segunda, introduzimos algumas questões relacionadas à psicologia inclusiva. Na terceira seção, o estudo tende a discutir mais especificamente sobre a inserção das pessoas com deficiência no processo de psicoterapia buscando compreender o desenrolar deste atendimento, observando os dados obtidos nas entrevistas realizadas com profissionais que realizam atendimento psicológico a surdos.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

1 UM OLHAR GERAL SOBRE A PSICOLOGIA INCLUSIVA

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há, no Brasil, aproximadamente seis milhões de pessoas com incapacidade, com alguma ou com grande dificuldade permanente de ouvir (BRASIL, 2010). Este dado indica a necessidade de preparação e capacitação dos profissionais e da sociedade como um todo na compreensão dos indivíduos com deficiência auditiva. Encontra-se no Decreto 5.626, como já mencionando, que regulamenta a Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002), a inserção da Língua Brasileira de Sinais como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores em nível médio e superior, e como disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional. Sendo que também prediz a formação de profissionais surdos e ouvintes para o ensino de Libras, assim como a formação e avaliação dos intérpretes e tradutores da língua. Entretanto, ainda pouco se fala sobre como o psicólogo pode atuar com as pessoas com deficiência auditiva, o que no levantamento bibliográfico constatou-se a dificuldade de acesso a artigos e livros sobre o assunto.

Em contrapartida, o que foi percebido no levantamento bibliográfico realizado despertou um olhar mais observador sobre o fato de que por mais que pouco se fale e se discuta de forma aberta sobre essa intervenção do psicólogo com o surdo, há, em nosso meio, profissionais que já se sensibilizaram para conhecer e compreender o mundo trazido pela percepção desse sujeito que o vive de forma diferente. Dessa maneira, a psicologia inclusiva é de imensa importância para capacitar e elucidar os conhecimentos advindos da psicologia para o atendimento especializado para sujeitos com deficiência auditiva de forma mais acessível.

Deparamo-nos com alguns artigos de psicólogos descrevendo experiências de estágios ou trabalhos voluntários de atendimento em clínicas, e/ou, em institutos de surdos, que nos causou imenso encantamento, pois na graduação de psicologia pouco se fala e muito pouco se estimula o buscar compreender e conhecer o atendimento especializado com pessoas com deficiências auditivas. Nesse contexto, nos apropriamos de experiências através de vivências profissionais que atendem pessoas com deficiências auditivas nas mais diversas formas, sendo elas, utilizando materiais como desenhos para avaliações psicológicas, seja por conversação em Libras.

No decorrer das leituras, foram alcançados conhecimentos sobre a Psicologia da Surdez, como muitos estudiosos a intitulam, que diz respeito à preocupação de entender os mais diversos



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

aspectos comportamentais e emocionais de indivíduos surdos, utilizando a psicoterapia para adentrar nas inquietações e medos dos sujeitos que perderam a audição no passar do tempo, advindas de alguma causa biológica ou acidental, salientando que o papel do psicólogo é tentar estimular o sujeito que nos procura a se tornar autônomo, independente da sua própria história sem ou com alguma deficiência.

A Psicologia e a Medicina tiveram um papel importante na compreensão da surdez ao estabelecerem padrões de normalidade para diversos aspectos da vida humana e indicarem como consequência, os comportamentos desviantes. Com base nos desvios, percebia-se a surdez como deficiência e o trabalho a ser feito deve seguir um modelo clínico-terapêutico de surdez centrado na reabilitação (SKLIAR, 1997).

Nesse contexto, a Psicologia era buscada como meio de adaptação, de cura, de normalização. Na contemporaneidade, a surdez é compreendida pelos profissionais de psicologia como diferença cultural. Os surdos procuram afirmar as suas identidades, evidenciando que são membros de uma minoria linguística e cultural que tem normas e valores distintos.

Com todos os avanços tecnológicos, compreende-se que surgirão ainda mais buscas por auxílio psicológico por esse público. Podemos idealizar que futuramente a tendência de buscar psicólogos por parte de pessoas com deficiência irá aumentar gradativamente, pois se tem criado leis que regulam os direitos dos mesmos ao acesso aos mais diversos tipos de acompanhamentos de saúde, o que nos estimulou ainda mais na busca por materiais, para que assim possamos como profissionais de saúde dispor de bons conhecimentos sobre como lidar com esses indivíduos e de como utilizar das técnicas advindas dos nossos conhecimentos de psicologia para penetrarmos no mundo desse sujeito.

Logo, a Psicologia Inclusiva surge em forma de um instrumento que servirá como norteador para estudantes e profissionais desde a conscientização até a capacitação dos mesmos no que se diz respeito à oferta de atendimento psicoterapêutico nas clínicas psicológicas, além de estimular a busca por compreender e obter conhecimento para utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos atendimentos. Salientando que esta compreensão sobre a Libras é de suma importância para se trabalhar com pessoas surdas, já que é o meio que utilizam para se comunicarem, ou seja, está Psicologia se caracteriza por estimular a facilitação da acessibilidade de pessoas com deficiências, em questão os surdos, ao atendimento psicológico.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

Nesse contexto, a Psicologia Inclusiva é a junção efetiva de estudos sobre Psicologia e sobre a Inclusão Social de pessoas com deficiência, no qual se analisa as inter-relações advindas de ambas, para que se construa uma possibilidade maior de acessibilidade de forma consciente e permanente em todos os âmbitos. Contudo, a psicologia inclusiva serve como um processamento de funcionalidade para que seja um instrumento empoderador no processo de dar voz às pessoas com deficiências, salientando que as mesmas devam falar por si mesmas, reforçando a voz que estão nestas pessoas, mas que por algum motivo estão silenciadas.

Desta forma os psicólogos atuantes na perspectiva inclusiva devem se pautar no compromisso social, possibilitando que o atendimento psicológico se torne mais acessível à maioria da população de pessoas com deficiências, voltando seus serviços para contribuir com a sensibilização do olhar diferenciado para estes indivíduos sem os enquadrar e querer normatiza-los pelas suas limitações. Além do compromisso social, encontra-se a compreensão moral, pois se deve compreender os PcD's afastando os paradigmas e preconceitos advindo do senso comum, por isso a compreensão moral pretende ser diferenciada do senso comum.

Partindo deste pressuposto, entende-se como fundamental no processo de psicoterapia o acolhimento das pessoas com deficiência, pontuando sempre que o olhar do profissional para com estas pessoas deve ser acolhedor, não de pena. A vista disso, exige-se que o psicólogo proporcione visibilidade às condições e necessidades das pessoas com deficiências para que se realizem adaptações físicas/estruturais e de comunicações necessárias, ou seja, que as possibilidades de acessibilidade disponibilizadas não se limitem apenas nas adaptações estruturais dos locais de atendimento, mas que se torne uma nova forma de enxergar e exercer a Psicologia ao alcance, de fato, de todos. Conseqüentemente, a Psicologia Inclusiva não se limita apenas na viabilização do atendimento a indivíduos com deficiência auditiva, mas na busca por facilitar o atendimento psicoterapêutico à toda e qualquer deficiência.

2 EM BUSCA DA PSICOLOGIA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Ao iniciarmos a pesquisa na busca por profissionais que atendessem pessoas com deficiência auditiva em Salvador (BA), nos deparamos com a dificuldade em encontrá-los, pois até o momento atual da pesquisa não se encontra em Salvador nenhuma clínica psicológica que atenda



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

surdos em psicoterapia. Tal situação nos causou grande espanto, apesar de que, já imaginávamos, teríamos dificuldades de encontrar esses profissionais. Entretanto, encontramos algumas instituições que realizavam outros tipos de atendimento, dando suporte a pessoas surdas na região metropolitana. Conseguimos ter acesso a quatro dessas instituições, sendo CEPRED, AESOS, CAS Wilson Lins e APADA.

Assim, o CEPRED (Centro de Prevenção e Reabilitação de Pessoas com Deficiência), é uma instituição de caráter público, logo, é sustentada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seu objetivo é desenvolver ações de prevenção secundária, reabilitação e assistência às pessoas com deficiências, tem uma equipe multiprofissional num enfoque interdisciplinar. A AESOS (Associação Educacional Sons no Silêncio), tem como objetivo atender as pessoas surdas e suas respectivas famílias nas áreas educacionais e profissionais. O CAS Wilson Lins é um núcleo de capacitação que oferece capacitação para professores e atendimento de pessoas surdas (funciona como escola). E a APADA é uma Associação de Pais e Amigos de Deficientes auditivos do Estado da Bahia, que oferece atendimento aos surdos proporcionando curso para inclusão do surdo no mercado de trabalho e encaminha e acompanha este surdo na empresa que é inserido, nesta instituição encontra-se uma psicóloga, mas não é oferecido atendimento psicológico.

Dentre estas instituições, encontramos somente dois psicólogos(as) trabalhando nas unidades, sendo que, nas duas, sua atuação não era de realização de atendimento psicoterapêutico. Atuavam no processo de encaminhamento dos surdos a escolas inclusivas, realizando também orientação profissional a este público, encaminhando-os para empresas habilitadas. Consequentemente, surge o questionamento: “como estas poucas instituições podem dar conta das 135.427 mil pessoas que são acometidas da deficiência auditiva grave em Salvador?”.

Partindo desse pressuposto, observamos que a Psicologia Inclusiva tem um árduo caminho a seguir para tentar abarcar a acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva ao atendimento psicoterapêutico. Constata-se no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a informação de que, em 2016, a população Soteropolitana era estimativamente 2.938.092 milhões de pessoas, entre estas 135.427 mil pessoas são acometidas da deficiência auditiva grave. Contudo, observa-se que a cidade de Salvador por ser considerada de grande porte, apresentando uma quantidade de indivíduos surdos notável, logo, é de se questionar a dificuldade em se encontrar



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

profissionais que estejam especializados e capacitados de fato a realizarem o atendimento psicoterapêutico com este público.

Entretanto, a sociedade tem deixado a desejar quando se fala na junção da psicologia com a inclusão, pois os profissionais têm se afastado do contexto de acessibilidade facilitada para pessoas com deficiências, sejam estas físicas, motoras e/ou sensoriais. Devemos nos atentar para este público, pois os mesmos necessitam de acompanhamento e apoio no decorrer de seu desenvolvimento biopsicossocial. Conseqüentemente, ao decorrer dos estudos alcançados nesta etapa do trabalho, pode-se concluir, devido à imensa dificuldade de encontrar materiais bibliográficos que abordassem o tema proposto ou algo relacionado ao mesmo, e a busca por profissionais que tratassem e atendessem ao público solicitado, que há uma imensa necessidade de se estimular o conhecer e o aperfeiçoamento de profissionais para se abranger o atendimento psicológico a indivíduos surdos.

Nesse contexto, pode-se perceber que as dificuldades encontradas no estudo só reforçam a importância de se realizar esta pesquisa no meio acadêmico para que assim se desenvolva e possa se firmar a perspectiva da Psicologia Inclusiva desde o ingresso à vida universitária até as redes profissionais. Salienta-se que ainda há um longo caminho de estudos e de desmistificação em relação à Psicologia Inclusiva e sobre a compreensão e disponibilidade por parte dos profissionais de saúde, em questão, psicólogos no desenvolver e debruçar a atenção para este público. Precisamos ampliar nosso ponto de vista sobre as diferenças, aceitando no outro seus limites e reforçando suas habilidades. Necessita-se de mais possibilidades no processo de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiências a dispor de todo e qualquer atendimento.

Por conseguinte, a base de dados encontrada no desenrolar desta etapa da pesquisa não evidenciou a atuação de profissionais de psicologia com foco em realização de psicoterapia para este público. Partindo deste pressuposto, é o que nos faz refletir e analisar a relevância do se debater e estimular o tema em questão, para que o mesmo se potencialize e alcance a todos os alvos em todos os contextos.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

CONCLUSÕES

Por fim, observa-se que há uma necessidade imensa no desenvolvimento efetivo da implantação da Psicologia Inclusiva em todos os campos da sociedade, pois os surdos necessitam de apoio e compreensão como qualquer outro ser humano. Tem-se compreendido que por mais que a sociedade idealize e/ou crie políticas públicas para que se ocorra a inclusão desses indivíduos no meio em que estão inseridos, eles ainda se deparam com muitas dificuldades e falta de entendimento por parte das outras pessoas. Assim, pode-se caracterizar a Psicologia Inclusiva como um conjunto de ações de natureza política, cultural, social e terapêutica, fundamentada nos direitos humanos, que visibiliza as diferenças e igualdade de direitos de todas as pessoas com deficiência, promovendo o acesso e permanência nos diferentes espaços sociais, sem discriminações. Bem como, tem por propósito servir como ferramenta para estimular e alcançar alunos e profissionais de saúde e também das demais áreas do conhecimento, para que desta maneira possa alcançar a inclusão de indivíduos surdos nas clínicas psicológicas.

A sociedade em que vivemos ainda se encontra em processo de aperfeiçoamento para entender que para se viver em comunidade, deve-se antes de tudo respeitar as diferenças entre todos de forma geral, o aceitando e se adaptando a realidade que este indivíduo em questão apresenta. É preciso desenvolver estratégias mais efetivas a prática para que se cumpram as políticas e normas desenvolvidas para atender a todos os indivíduos com alguma deficiência. Reconhece-se que há poucos estudos que relatem a junção entre Psicologia e Inclusão, e ainda mais quando esta junção está interligada com o decorrer de atendimentos psicoterapêuticos. Por este motivo, suscita-se a relevância desta pesquisa como um marco contribuidor para que se firme e proporcione uma Psicologia Inclusiva, voltada primordialmente para as pessoas com deficiências (PcD's).

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucidio. **Um olhar sobre a diferença**: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papirus, 1998.

BISOL, Cláudia A.; SIMIONI, Janaína; SPERB, Tânia. Contribuições da Psicologia Brasileira para o estudo da Surdez. **CEFAC: Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 21, p.392-



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

400, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n3/v21n3a07>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

BRASIL. Ministério de Educação. Lei de Acessibilidade nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Ministério Público. Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

_____. Ministério Público. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

_____. Ministério Público. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Regulamento Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

CARDOSO, Lucila Moraes; CAPITÃO, Cláudio Garcia. Avaliação psicológica de crianças surdas pelo Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister. **Psico-USF**, São Paulo, v. 12, n.2, p.135-144, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousf/v12n2/v12n2a02.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Educação Inclusiva: Experiências profissionais em Psicologia, Brasília, 2009.

JUCÁ, Lêda. **Sobre o atendimento psicanalítico ao surdo oralizado e sua família:** Dificuldades e possibilidades. Cogito, Rio de Janeiro, p.1-5, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cogito/v6/v6a32.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

GONÇALVES, Paulo César da Silva. **Linguagem do silêncio:** Psicanálise e Surdez. Arqueiro 12: Instituto Nacional de Educação dos Surdos, Rio de Janeiro, v. 12, p.17-22, 2005. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/arqueiro_12.pdf#page=17>. Acesso em: 5 fev. 2015.

PERES, Rodrigo Sanches. O desenho como recurso auxiliar na investigação psicológica de crianças portadoras de surdez. 2003. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, **Unesp**, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v4n1/v4n1a04.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

SKLIAR, Carlos. **Os Estudos Surdos em Educação:** problematizando a normalidade. In: _____ (org.). **A Surdez: Um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 3ª Ed, 2005.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR (Org.), **Educação & exclusão:** abordagens sócio-antropológicas em educação especial (pp. 105-153). Porto Alegre: Mediação, 1997.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

VASCO, Elisa. Características das intervenções psicoterapêuticas realizadas por psicólogos com sujeitos surdos. Santa Catarina, 2009. 160 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2009.